

A “arte de pontuar” no século XVI e os *Tratados* de Fernão Cardim

Maria Filomena Gonçalves

Departamento de Linguística e Literaturas - Universidade de Évora
Apartado 94, 7002-554 Évora - Portugal
mfg@uevora.pt

Abstract. The aim of this paper is to analyse the punctuation and its function in the 16th. century writing, supported by the transcripts known as *Tratados da Terra e Gente do Brasil* ascribed to Father Fernão Cardim (1548?-1625). Thus the punctuation inscribed in the “cardinian” *corpus* is compared with both the theory of the grammarians on the “art of punctuating” and the practice of the press of the time, which will allow us to draw the points of disagreement between the theories of the period and the practice present in Cardim’s *Tratados*.

Keywords. *Punctuation; writing; 16th century; theories; practices.*

Resumo. Neste trabalho propõe-se uma análise da pontuação e a sua função na escrita quinhentista, com base nos apógrafos conhecidos como *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, atribuídos ao Pe. Fernão Cardim (1548?-1625). Para isso, a pontuação registada no *corpus* cardiniano é confrontada quer com a teoria dos gramáticos a respeito da “arte de pontuar”, quer com a prática da imprensa daquele tempo, o que nos permitirá descrever os pontos de discordância entre as teorias da época e a prática presente nos *Tratados* de Cardim.

Palavras-chave. *Pontuação; escrita; século XVI; teorias; práticas.*

PONTUAÇÃO. São pontos, virgulas, & certos sinais, & notas, com que na escritura, & na impressão se distinguem as palavras, & se dividem as sentenças para facilitar aos Leytores a intelligencia.

Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino*.

1. Preâmbulo

Nos últimos anos, as exigências da crítica textual têm atraído a atenção de filólogos e de linguistas para as antigas práticas de escrita (Accioli, 2004; Megale: 2006). Embora seja verdade que o estudo da componente grafemática, devido à sua importância na reconstrução do sistema fonológico e suas realizações, tem registado significativos avanços, não é menos certo que a pontuação costuma ser tratada como aspecto menor no quadro das práticas gráficas dos manuscritos. Se outros não houvesse, esse seria motivo suficiente para suscitar o interesse pela análise de casos específicos que possam contribuir para a compreensão das práticas de escrita nos finais do século XVI, e, por conseguinte, para a adequada transcrição de manuscritos de acordo com o tipo de edição que se pretenda levar a cabo.

Associados ao nome do Pe. Fernão Cardim, os apógrafos dos *Tratados da Terra e Gente do Brasil* análise que se divide em três partes: na 1ª tecem-se considerações sobre os pressupostos teóricos da “arte de pontuar”, sendo para isso revisitada a doutrina de gramáticos quinhentistas; na 2ª parte, à luz dos dados anteriores, aduzem-se exemplos da prática presente no *corpus* cardiniano; por último, tentar-se-á demonstrar em que medida a pontuação registada naqueles manuscritos corresponde à prescrição feita na época.

2. A “arte de pontuar”

É sabido que a pontuação sempre resistiu à circunscrição normativa ou prescritiva, motivo por que não raro é remetida para o terreno da variação individual ou estilística própria do registo escrito da língua, ora dependente dos graus de competência do escrevente, ora decorrente da aproximação à oralidade. Às óbvias dificuldades de normalização e de padronização até hoje sentidas, sobretudo em contexto de ensino-aprendizagem, acresce a oralização intencional como forma de plasmar na linearidade da escrita a espontânea e ininterrupta corrente do pensamento. Com efeito, ao prescindirem dos sinais de pontuação, marcas de descontinuidade ou de segmentação no enunciado gráfico, muitos escritores contemporâneos – Saramago é disso exemplo – assumem, implicitamente, que a pontuação corresponde já um 1º grau de interpretação textual. Assim, a redução da pontuação à sua mínima funcionalidade oferece o texto como desafio interpretativo que exige a cumplicidade e a cooperação do leitor, a quem cabe desbravar a sequência textual, emprestando-lhe assim sentidos próprios.

A essa tendência de “oralização” da escrita literária, que apenas afectará os “consumidores” dessa literatura, não se poderá, contudo, assacar a responsabilidade das hesitações experimentadas por aqueles ao terem de pontuar um texto, mas, sim, à falta de treino em contexto escolar ou de exercitação ao longo da vida. A tudo isto soma-se,

por outro lado, o facto de o estudo da pontuação não ter grande tradição entre nós – portugueses e brasileiros –, conforme denuncia a escassez de produção ensaística relativa ao assunto, tanto do ponto de vista sincrónico como do diacrónico. De facto, raros são os títulos centrados especificamente na matéria, valendo por isso a pena realçar a tese de doutoramento de Carlota Paixão Rosa, que trata da *Pontuação e sintaxe em impressos renascentistas* (1994) e, ainda no Brasil, a tese de mestrado de Machado Filho (2004), sobre a pontuação em textos medievais. Na década de 50 do século passado já tinham vindo a lume algumas tentativas de análise linguística da pontuação segundo critérios linguísticos, de que são exemplo os estudos de Leite (1959) ou Rebelo (1957). Embora às acima referidas se possam juntar outras contribuições a respeito tanto da pontuação medieval (Martins 1986; Ferreira, 1986) como da pontuação moderna (Nogueira 1989), este género de trabalhos não fez carreira entre nós.

Assunto controverso, a pontuação nunca foi matéria consensual entre pedagogos, gramáticos, filólogos, escritores e mesmo linguistas (Defays, 1998), existindo testemunhos da insegurança prescritiva por ela suscitada em várias épocas, conforme aconteceu no primeiro quartel de Oitocentos, período em que se registou um sentimento de “anarquia pontuacional”, conforme salienta António Gil Gomes, autor das *Regras Elementares sobre a Pontuação, segunda parte da Orthographia* impressas no Brasil em 1831 (cf. Anexo 1). Nelas tenta o autor regular os usos pontuacionais do seu tempo, fazendo jus ao título da obra. Pouco depois, em 1838, no periódico *O Panorama*, o escritor romântico Alexandre Herculano vinha a terreiro para pôr ordem em matéria de pontuação em dois artigos que denunciam quanto o uso dos pontemas estaria então sujeito a exageros e extragavâncias. Mais próximo do final do século, José Feliciano e Castilho (1870) não fazia melhor apreciação das práticas pontuacionais, consoante mostra no *Tratado Elementar da Pontuação da Língua Portuguesa*. Ademais da intenção normativa que a elas presidiu, as obras acima mencionadas são exemplo de que à volta da pontuação se constituía um género metalinguístico autónomo da ortografia, prática por que no século XVI já se enveredara, quer em França, quer em Itália, países em que cedo a pontuação viu a sua prática ser objecto de prescrição por serem então dos mais avançados no que à arte impressória dizia respeito. Se isso mostra que a pontuação era vista como parte da normalização gráfica requerida pela conversão do manuscrito em impresso, também explicará que os impressores italianos sejam responsáveis pela *doctrina puntuandi*, vertida depois no vernáculo como *l'arte del puntar*, assunto de que tratou o impressor Orazio Lombardelli, em 1585, num tratado sobre *L'arte del Puntar gli Scritti*, com 255 páginas, número nada despiciendo para aquela época (cf. Anexo 2). Já antes, em 1540 – ano da impressão da segunda gramática portuguesa –, o francês Etienne Dolet dera à estampa em Lyon, cidade de grande tradição impressória, *La maniere de bien traduire d'une langue en aultre. De la punctuation de la langue françoise*. Associadas às casas de impressão ou escritas pelos próprios impressores, tais obras espelham que a criação de sinais de pontuação, depois de séculos de prática manuscrita, passou para a alçada das oficinas de impressão, cujos progressos se repercutiriam na própria prática manuscrita, num processo de interacção entre a letra de forma e a letra de mão. Inversamente, os primeiros impressos (incunábulos) tinham procurado reproduzir o manuscrito nas suas características formais e estéticas. Prova cabal das relações entre a imprensa e a escrita manual é a invenção da letra aldina (hoje itálico), por Aldo Manúcio (1449-1515), famoso impressor italiano que, coadjuvado

pelo gravador Francesco Griffo, criou um carácter inclinado – letra aldina –, também conhecida como grifo, letra cursiva ou itálico.

Antes da intervenção dos impressores, à pontuação cabia a função de auxiliar da leitura em voz alta, embora até hoje se desconheçam as relações daquela com o campo prosódico da língua do período medieval (Machado Filho, 2004). Devido às condições sociais e às práticas de leitura (Marquilhas, 2000), ler era um acto colectivo, em certo sentido um acto público, sobretudo quando se tratava da Bíblia e de textos religiosos. Na Idade Média, o acto de ditar correspondia ao registo da fala de alguém, tarefa confiada ao copista ou escriba. Naquele tempo, à pontuação não eram alheias questões de economia do suporte, visto que tanto o pergaminho quanto depois o papel eram bens escassos e caros, motivo por que eram sucessivamente reutilizados. A economia de suporte e de tempo explicará em parte a proliferação de abreviaturas e de outros procedimentos (como as ligaduras) que igualmente cooperavam no desembaraço e maior débito da escrita, em especial quando se tinha de produzir várias cópias de um mesmo documento.

Do ponto de vista histórico, a pontuação remonta ao sistema de três pontos dos Gregos – ponto ao alto, ponto ao meio e ponto em baixo –, correspondentes a outros tantos graus de pontuação, a saber: forte (*plena distinctio*), média (*distinctio media*) e fraca (*subdistinctio*). Para aumentar a legibilidade destes três pontos, entre os séculos IX e XII, foram-lhes acrescentados alguns diacríticos como uma vírgula em baixo ou em cima – < ; >, < · >, < ! > –, passando a ser designados como *periodus* (*finitiva*), *colon* e *comma* (Catach, 1994: 14-23). Já no século XVI, com o contributo da família de impressores Manúcio, aqueles sinais receberam as designações de *periodus* < ; >, *colum* “ponto em baixo” < . > e *comma* < : >. Lefèvre d’Etaples (1529) adoptou essas designações, embora o termo *comma* remetesse para uma vírgula < , >, não para < : >. Para Etienne Dolet (1540) *colon* < . > era a marca da pontuação forte, representada pelo ponto em baixo; o antigo *periodus* < ; > deixa de funcionar como marca de parágrafo e passa a ter funções semelhantes às do actual ponto e vírgula¹; *comma* < : > correspondia à pontuação média; o termo *incisum* ou vírgula < , > remetia para a pontuação fraca. Posto isto, a figura e o valor da pontuação forte ter-se-ão fixado logo no século XVI, ao passo que a pontuação média estaria sujeita, até hoje, a maiores oscilações, ora sendo assinalada por < : >, ora, por < ; >.

Traduzidos embora por unidades formal e funcionalmente distintas das originais – veja-se o caso do ponto e vírgula –, os actuais pontemas reflectem os mesmos três graus da primitiva pontuação, facto que traduz o papel hierarquizador dos segmentos gráficos delimitados pelas unidades pontuacionais. De facto, na sua origem, a pontuação decorreu de três ordens de necessidades: ajudar na leitura para distinguir unidades de sentido; cooperar no estabelecimento e tratamento do texto (assinalar aspectos visuais ou críticos); e auxiliar no canto ou na recitação cantada (sobretudo em textos litúrgicos). Devido à intervenção dos impressores humanistas, que criaram novas unidades ou atribuíram funções diferentes às antigas, parece inegável que a moderna pontuação é subsidiária, a vários títulos, da arte impressória.

3. Pontuação na época de Fernão Cardim

Sem o fôlego teórico dos seus congéneres franceses ou italianos, os gramáticos portugueses de Quinhentos, cujas doutrinas servirão aqui de contraponto à prática

pontuacional presente nos textos atribuídos ao Pe. Fernão Cardim (1548?-1625), reconheciam já a função da pontuação, conforme se vê em João de Barros (1496-1570), Pêro Magalhães de Gândavo (?-1579) e Duarte Nunes de Leão (1530-1608). Apesar de o assunto ser preceituado em gramáticas da língua latina publicadas no mesmo período, João de Barros foi o primeiro gramático a incluir uma secção sob o título de “Dos Pontos e distinções da oraçám”, onde realça o valor funcional dos pontemas na separação dos elementos da frase: “hũa das cousas prinçipáes da orthografia, pela quá entendemos a escritura: e o apontár das pártes e cláusulas, e em que os latinos mostráram muita diligêçia” (Barros, 1540: 49). Palavras do mesmo gramático informam que os quinhentistas, ao contrário dos Antigos, não eram tão diligentes na “arte” de pontuar: “Esta nam temos nós, principálmente na letera tiráda, sendo cousa que impórta muito: por que ás uezes fica a oraçám amfibológica sem elles, donde náçem duuidas” (Barros, 1540: 49). Se a crítica de Barros à prática sua contemporânea justificaria um género metalinguístico centrado na “arte de pontuar”, portanto autónomo do ortográfico ou gramatical, na esteira de publicações francesas e italianas coetâneas, na verdade esse género frutificaria em Portugal, nem mesmo nos séculos seguintes.

A propósito da função de cada pontema diz João de Barros:

Cõma, e uocábulo grego, aque podemos chamár cortadura: por que aly se córta a cláusula e duas pártes. Estas duas pártes, se córtam em uirgulas: que sam hũas distinções das pártes da clausula.

Cólo, e o termo ou márco em que se acába a cláusula. As figuras de cada ponto destes: sam as seguintes. Dous a este módo : se chamam cõma. Este só se chama cólo. As uergas sam estas zeburas, ao módo dos gregos. **Na cõma parece que descansa a uóz, mas nam fica o intendimêto satisfeito:** por que deseia a outra páрте, com que a oraçám fica perfeita e rematáda com este ponto cólo. Estam antre as cortaduras que sam estes dous pontos: hũas zeburas assy, aque chamámos distinções das pártes da clausula. Este só pôto (como ia disse) se chama cólo. **As paláuras que iáçem antre dous cólos, se chama, clausula,** ao nósso módo: e segundo os gregos, periodo aque os latinos chamam termo. Os dous árcos que fázem estas palauras (como ia disse): usam os latinos quando comêtem hũa figura aque chamam Entreposiçam, e os gregos, parêtesis, daquál tratamos na construíçam.

Quãdo pergütamos algũa cousa dizendo. Quem foy o primeiro que achou o uso das letras ? Estes dous pontos assy escritos onde apergunta acába, podemos chamár interrogatiuos: por serem sinál que interrogamos e preguntamos algũa cousa. (Barros, 1540: 49r-49v; grifo nosso).

As designações usadas por João de Barros – “cõma, cólo, uerga, parenthesis e interrogaçám” – denotam a herança da terminologia greco-latina, marcada pela sua origem retórico-literária. Segundo Barros, o *colon* < . >, sinal de fechamento do enunciado, designa-se também “cortadura”; *comma* refere o pontema < : >.

Dobrada a metade de Quinhentos, ainda sem o termo pontuação e sob o título de “Dos lugares omde se hade vsar destas letras maiusculas, & das pausas & distinções que se requerem no discurso das escripturas” (1574), Magalhães de Gândavo¹ (1574) traça um sistema de pontuação baseado nos referidos três graus:

“E no discurso a escriptura auerá tres maneiras de distinções, pera que o lector saiba melhor pausar & entender o sentido da sentença, ou clausula, conuem a saber, auerá virgula, dous pontos : hum ponto. (da maneira que fica significado) Da virgula se vsará quando quiserem destinguir hũa parte da outra indo proseguindo pela sentença adiante todas as vezes que for necessario. Dos dous pontos em algũs lugares, onde se fezer mais pausa. De hum ponto no fim da clausula, onde se acaba de concluir alguma cousa. E logo a diante do mesmo ponto a primeira letra que se seguir será maiscula: porque hum ponto sô tem mais força que dous, & os dous mais que a virgula. (Gândavo 1574: 10r-10v).

Dois anos depois, Duarte Nunes de Leão (ou Lião) publica na sua *Orthographia* o primeiro “Tractado dos Pontos das clausulas, & de outros que se põem nas palauras; ou oração” (Leão, 1576: fl. 74r-78), ali referindo a vírgula < , > , a comma < : > e o colon < . > como principais pontemas. O sistema de pontuação é assim descrito pelo ortógrafo quinhentista:

[...] E os pontos que neste tempo se vsão, no partir & diuidir as clausulas, assi na scriptura de mão, como na stampada, são tres. s. virgula, coma, colon, que teem estas figuras [...].

E a differença que ha entre tres pontos he, que a uirgula se põe, & faz distinção, quando ainda não sta dicto tal cousa, que dee sentido cheo, mas soamente descansa para dizer mais (Leão, 1576: 74v).

O segundo se põe, quando stá dicto tanto, que dá sentido mas fica ainda mais para dizer, para perfeição, & acabamêto da sentença. O qual ponto se chama comma, que quer dizer cortadura.

O terceiro se põe, quando teemos chea a sentença, sem ficar della mais que dizer. E chama se colon, que quer dizer mēbro. Porque elle he parte do periodo, que he a clausula ou materia acabada, de que a baxo diremos mais. **O qual periodo, que quer dizer arrodeio, consta de tres membros, & ao menos de dous**” (Leão, 1576: 75r; grifo nosso).

Dos excertos de Gândavo e Leão se conclui que a pontuação tanto dependia da estrutura sintáctico-semântica – vejam-se as referências ao período, à “cláusula” e à “sentença” e ao sentido – como das pausas respiratórias.

À semelhança de Barros (1540), quer Gândavo quer Leão incluem os pontos de exclamação e de interrogação nos respectivos elencos, abaixo reunidos num quadro em que sobressai a variedade das unidades apontadas por Nunes de Leão.

Quadro 1

Sistema de pontuação						
Gramático	Vírgula (,)	Coma (:)	colon / ponto (.)	Interrogação/ exclamação	Parêntesis	Outros
Barros 1540	uerga (zeburas)	comma (cortadura)	cólo	interrogatiuo	entreposiçam parêntesis	-
Gândavo 1574	virgula	comma	hum ponto	(exclamação) Interrogação	parenthesis	-
Leão 1576	virgula	coma	colon	interrogatiuo	patenthesis	admiratiuo paragapho meo circulo apices hyphen asterisco obelisco brachia diuisão angulo

Confrontadas as doutrinas pontuacionais destes gramáticos verifica-se que, em obediência à tradição dos três pontos, as unidades relacionadas com a construção sintáctica, a delimitação de sintagmas e de orações eram a vírgula, os dois pontos (*coma*) e o ponto, sendo de salientar que a teoria gramatical de Quinhentos não integrara ainda o ponto e vírgula, tal como o empregamos hoje, conquanto já existisse, formalmente, desde a época medieval, para assinalar o *periodus*, vale dizer, o parágrafo. Retomado no século XVI pelo humanista francês Lefèvre d’Etaples (Catach, 1994: 14-15), este pontema fora veiculado pela prática manuscrita, tornando-se cada vez mais frequente nos impressos. Pese embora o seu antigo emprego em manuscritos medievais e na escrita renascentista, ao tempo de Leão o ponto e vírgula era tido como novidade, consoante se infere das palavras do autor ao comentar:

“De outro ponto vsão agora algũus modernos, que consta de hum colon, na parte superior, & de hũa virgula na inferior assi; do quel dizem, ã querem vsar, onde não stá dicto tanto, que se aja de por comma, nem tâpouco, que se aja de poer virgula. **Mas a meu veer, he inuêção de pouca vtilidade, & desnecessaria, & que eu não imitaria.** Porque pelos antigos se distingue tudo, & este faz mais toruação, que distinção, que he o fim dos pontos” (Leão, 1576: 76v, grifo nosso).

Com efeito, o ponto e vírgula seria apenas referido e usado com regularidade, nas obras dos próprios gramáticos, no decurso do século XVII, reconhecendo os autores a dificuldade em prescrever este pontema, conforme mostram as obras ortográficas de Álvaro Ferreira de Vera (1631), Bento Pereira (1666) e João Franco Barreto (1671). Para o primeiro, a *virgula & ponto (colon ou membro imperfeito* i.e. ponto e vírgula)

serve para fechar “sentença imperfeita” quando “não basta virgula; nem tampouco convê dous pontos [...]”(Vera, 1631: 38). Quanto aos dois pontos, o mesmo ortografista previa que fosse usado quando “temos cheia a sentença, sem ficar mais que dizer”, distinguindo-o, portanto, do ponto e vírgula, já que este, ao ser *colon imperfeito*, deixa “suspensão o sentido” até “ouvir a particula indeclinavel, ou relativa, que se segue” (Vera, 1631: 38v). Ademais desta, Vera destaca já a função dos dois pontos como pontema do discurso repetido ou encaixado, para indicar a abertura das citações. Impressa em caracteres aldinos ou itálicos, a obra de Ferreira de Vera apresenta inúmeras ocorrências do ponto e vírgula nos contextos previstos na doutrina do ortógrafo, ao invés do que acontece na obra de Bento Pereira (1666), situação que, podendo ser imputável ao impressor Domingos Carneiro, se prenderá igualmente coma difícil prescrição do seu emprego, à qual alude aquele jesuíta alentejano quando se refere à destrição funcional entre o *colon imperfectum* e o *colon perfectum*:

Mayor difficultade he explicar outra parte da regra, & dar differença entre o uso do ponto, & virgula, & o de dous pontos. Quanto ao uso de ponto & virgula [...] entam se dará, quando não basta a virgula, nem convenha porêse dous pontos: o que acontece quando fecha sentença imperfeyta [...] Quanto a dous pontos [...] usamos d'elle, quando temos chea a sentença sem ficar mais que dizer. E assim a razão de se chamar mēbro perfeyto, he por ser parte do periodo, o qual, como corpo he clausula, ou materia particular acabada (Pereira, 1666: 14-15).

Seja como for, a ausência do ponto e vírgula na obra de Bento Pereira demonstra em que medida a pontuação dos textos seiscentistas estava ainda condicionada pela prática impressória. Diferente do anterior é o caso da *Ortografia da Lingua Portuguesa* (1671), de João Franco Barreto. Impressa em Lisboa na Oficina de João da Costa, nesta obra a teoria do ortógrafo vê-se reflectida no texto impreso, sendo até ampliados os contextos previstos para cada pontema. Sob a designação de “pontuação”, para Barreto os três sinais essenciais continuam a ser a vírgula (*coma* ou *inciso e meio ponto*), o *colon* ou ponto e vírgula (*colon imperfeyto*) e o período (ponto), sem deixar de mencionar a destrição entre o ponto e vírgula e os dois pontos com base na diferença de sentido dos “membros” delimitados por um e por outro. A esse propósito, acrescenta o ortógrafo:

“O ponto & virgula, que chamamos colon imperfeyto, usamos, quando a virgula não basta, & os dous pontos sobejam; quero dizer; quando não está dito tanto, que se haja de por dous pontos, não tão pouco, que se haja de por virgula; **màs he cousa muyto difficil de se conhecer**; aindaque Duarte Nunez, a chama invenção de pouca utilidade, & desnecessaria, o que elles diz, não imitaria, sendo tão nimio, e outras cousas menos importantes. [colon perfeito] **quando temos cheya a sentença, màs não acabado o periodo; & parece que o animo do que ouve fica suspenso, esperando outra cousa mays, que depende do que está dito** (Barreto, 1671: 216-217; grifo nosso).

Na verdade, para Barreto o sinal de “dous pontos” fica reservado para marcar o início de uma citação, isto é, de um discurso repetido: “Tambê usamos de dous pontos, quando na pratica que fazemos referimos palavras de outrem [...]” (Barreto, 1671: 217-218). Para este ortografista, a distribuição dos pontemas na cadeia gráfica decorre da própria organização interna do período, porque “ũ colon perfeyto, ou imperfeyto, póde comprender muytas virgulas, & o ponto final muytos coma, & colôs” (Barreto, 1671: 218), acrescentando depois Barreto: “e isto he o que se chama periodo onde vay a clausula, & materia toda acaba, incluindo seys membros, ou sentenças distintas per suas virgulas, colôs, & rematadas cõ ponto final” (Barreto, 1671: 218-219).

Revisitada a doutrina quinhentista e seiscentista a respeito da pontuação, dela se conclui, por um lado, que o ponto e vírgula, sinal de pontuação média, não fora ainda completamente integrado na doutrina dos gramáticos de Quinhentos, embora no último quartel do século, consoante se viu em Leão, merecesse já referência, a título de unidade exterior ao elenco fundamental; por outro lado, conforme se notou em Bento Pereira, nem sempre a alusão ao ponto e vírgula é acompanhada da sua ocorrência nos impressos. Se a presença desta unidade nos impressos parece estar dependente da disponibilidade das oficinas de impressão, resta saber, por um lado, em que medida a prática manuscrita a contemplava e, por outro, qual a função por ela desempenhada na escrita dos finais de Quinhentos. Para isso, servem de exemplo os *Tratados* do Pe. Fernão Cardim.

3.1. A pontuação nos *Tratados* de Cardim

Os relatos de viagem escritos pelos missionários destinavam-se a serem lidos (possivelmente em voz alta) pelos membros da ordem ou congregação, o que terá determinado uma pontuação orientada para a função pausal ou entoacional, conquanto não desatendesse à organização sintático-semântica do texto. Eram relatos de carácter informativo e descritivo, aspecto que importa realçar, já que o género textual² tanto quanto as circunstâncias da redacção, o destinatário ou as finalidades, decerto terá condicionado a pontuação neles presente.

O conteúdo dos manuscritos do Cod CXVI / 1-33 da Biblioteca Pública de Évora – *Do principio & origem dos Indios do Brasil & de seus costumes, adoração, & cerimoniais*, fol. 1-12; *Do Clima, & terra do Brasil, e de alg^{as}. cousas notaveis que se achaõ assi na terra como no mar*, fol. 13-33) – corresponde ao texto conhecido desde o século XIX (Cardim 1925; 1997) como *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. O seu autor, o Pe. Fernão Cardim (1548?-1625), jesuíta alentejano que viajou para a Bahia como secretário do Visitador Cristóvão Gouveia, exerceu a missão no Brasil durante mais de quarenta anos. Embora os manuscritos da Biblioteca eborense não sejam autógrafos, pois sabe-se que os originais terão ido parar a Inglaterra na época em que o Padre Cardim, no regresso à Bahia, vindo de Roma, foi capturado por corsários ingleses que o levaram como prisioneiro para aquele país, o seu conteúdo é idêntico ao que se encontra em *Purchas and his Pilgrims*, obra publicada em Inglaterra em 1625, sem qualquer menção a Fernão Cardim. Os manuscritos apresentam características paleográficas e de escrita próprias de finais do século XVI ou de começos do seguinte (Megale, 2005; Accioli, 2003), sendo possível que uma das duas assinaturas apostas em cartas incluídas no mesmo códice seja do Pe. Cardim. Embora não possam atribuir-se à pena de Cardim, estes textos têm o interesse de serem uma cópia do texto produzido na

época do autor, exemplificando, portanto, a prática da pontuação desse período. Tudo aponta para um único punho bastante hábil, pois os traços e demais características assim o indicam. O alinhamento das margens é quase perfeito; a letra humanística é elegante, clara e limpa, incluindo as habituais abreviaturas e ligaduras, em conformidade com o que era corrente na mesma época. Não se trata de um rascunho, visto as rasuras serem poucas, mas de uma cópia, sem data ou assinatura. É um apógrafo, cujo conteúdo coincide com o da edição seiscentista em língua inglesa.

À semelhança de outros relatos de viagem escritos por missionários no Novo Mundo, estes textos destinaram-se a circular entre os irmãos da Companhia, uma vez que as informações relatadas – descrição dos gentios e da realidade natural do Brasil – eram de grande utilidade para quem fosse converter os indígenas em território brasileiro. Escrito numa época em que já existia imprensa, o texto de Cardim (ou de quem copiou o seu texto) representa a prática de um homem culto.

Se a doutrina quinhentista prescrevia sobretudo o uso da vírgula, dos dois pontos³ e do ponto, já a prática presente nos manuscritos associados a Cardim, sem a contrariar, afasta-se dela no que tange ao ponto e vírgula, cujo uso é afinal mais frequente do que se depreende da lição dos gramáticos de Quinhentos e de alguns do século seguinte. Devido à sua plurifuncionalidade, as unidades de pontuação fraca e forte – a vírgula e o ponto –, são obviamente as mais frequentes, cabendo aos dois pontos uma função de pontuação média, cujo uso depende da extensão do enunciado, visto servir para delimitar os membros do período. Tal como se depreendia da doutrina de Nunes de Leão, a entrada do ponto e vírgula para o domínio da pontuação média veio suscitar a especialização funcional deste pontema e dos dois pontos.

A prática da pontuação nos *Tratados* de Fernão Cardim será a seguir ilustrada a partir de excertos dos manuscritos eborenses.

3.2. Pontuação fraca - vírgula

Nos *Tratados* cardinianos, a vírgula antecede com regularidade a conjunção coordenativa de adição e, independentemente da sua alografia (e ou &), e o mesmo acontece com a conjunção disjuntiva ou³. Dada a frequência de estruturas de coordenação na sintaxe quinhentista (Barreto, 1996), a primeira daquelas conjunções é a mais frequente, estando também presente nas enumerações de formas lexicais e na separação de sintagmas. Atente-se nos seguintes passos:

i. Vírgula depois de conjunção coordenativa e e ou

(1) As armas destes gentio sam arcos, e frechas, e delles se honrraõ mujto, e os fazem de boas madr^{as}, e muito galantes, tecidos cõ palma de uarias cores, & lhe tingem as cordas de uerde, ou uermelho, e as frechas fazem mujto galantes uscando canas, e na ponta lhe metem dentes de animais, ou hũas certas canas muito duras e crueis, ou hũs paos agudos cõ muitas farpas, e as uezes as eruão cõ peçonha. (fol. 5v).

(2) A priguiza ã chamaõ do Brasil, he animal pera uer, parecese cõ caes felpudos, ou perdigueiros. São muito feos, e os rosto parece de molher mal toucada. Tem as maõs e pees compridos, e grandes unhas, e crueis, andão com o peito ãlo chaõ, e os filhos abraçados na barriga, ã mais ã lhe dem andaõ tão deuagar ã haõ mister muito tãõ pera

subir a hũa aruore, e ã isto são tomados facilmente. Sustentaõse de certas folhas de figu^{as}, e por isso não podẽ ir a Portugal, por que como lhe faltaõ, morrem logo. (fol. 16r.).

ii. Vírgula separadora em enumerações

(3) [Parreyras] Ha m^{tas} castas duuas como ferraes, boaes, bastarda, verdelho, galego, e outras m^{tas}. ate o Rio de Janr^o tem todo o anno vuas se as querẽ ter, ã ã se as podão cada me, cada mes uao dando vuas successiue (fol. 33r; grifo nosso).

(4) [Legumes] Meloões não faltaõ em m^{tas} cap.^{tas} e são bons e finos, m^{tas} abobaras, de ã fazẽ tambem cõserua, muitas alfaces, de que tazem se tambem a fazem, couues, pipinos, rabaõs, nabos, mostrada, ortellaã, coentros, endros, funchos, eruilhas, gerselim, sebollas, alhos, borragẽs, e outros legumes ã do reino trouxeraõ ã se daõ bem na terra. (fol. 33r-33v; grifo nosso).

Ademais dos contextos acima, nos manuscritos em apreço, ao invés do que prescreveriam os gramáticos e ortógrafos de Seiscentos, ainda não era constante nem sequer predominante o uso de vírgula antes de “que”, fosse ele pronome relativo ou uma conjunção, conforme se vê nos exemplos a seguir.

iii. Vírgula antes de “que”

(5) [Aiuruatubira] Esta aruore ã he piquena da hũa fruta vermelha, e della se tira hũ oleo vermelho com ã tabẽ se untaõ os Indios. (fol. 22r).

(6) Jararaca he nome ã cõprehende quatro generos m^{to}. peçonhentas [fol. 17r]

No entanto, a vírgula aparece antes de locução concessiva:

iv. Vírgula antes de conjunção / locução concessiva

(7) [Mandioca] O mantim^{to} ordinario desta terra ã serue de paõ se chama Mandioca, e saõ hũas raizes como de senouras, ainda ã mais grossas e compridas. (fol. 22 v).

3.3. Pontuação média: dois pontos e ponto e vírgula

Se a vírgula tem elevada frequência porque está associada sobretudo à separação de sequências sintagmáticas e à presença de conjunções coordenativas, já a pontuação média tem menor presença no *corpus* em apreço, parecendo depender da estrutura sintáctica ou da dimensão do período, pois ocorre quando a extensão deste requer uma pontuação de força superior e com funções diferentes das atribuídas à vírgula. Contudo, afora a organização do período, o emprego dos dois pontos estará igualmente condicionado por contextos específicos⁴, como a existência de um pronome relativo distinto de “que”, consoante indicam os exemplos (8) e (9), nos quais não será de excluir a correspondência a uma pausa maior do que a assinalada pela vírgula separadora de sequências sintagmáticas ou lexicais.

(8) [Índios] Os ã tomados na guerra viuos são destinados á morte uem logo de laa com hum sinal ã he hũa cordinha delgada ao pescoço, e se he homem ã pode fugir traz hũa maõ atadaso pescoço de baixo da barba, e antes de entrar nas pouoações ã ha polo caminho os enfeitã, depenando lhes as pestanas, sobrâcelhas, e barbas trosquinandoos a algum modo, e êpenando os com penas amarellas també assentadas ã lhe não parece cabello : as quais os fazem taõ lustrosos como aos Espanhoes os seus uestidos ricos, e assi uaõ mostrando sua uictoria ã onde quer que passaõ. (fol. 6r.).

Os dois pontos eram, por outro lado, a marca introdutória da descrição do elemento anunciado no segmento anterior, correspondendo a uma pausa maior que a da vírgula:

(9) [Páca.] Estas pacas são como leitões. ha grande abundancia dellas: a carne he gostosa, mas carregada. (fol. 14r.).

(10) [Tapyretê.] Estas são as antas de cuja pelle se fazem as adargas: parecem se cõ vacas emuito mais cõ mullas [...] (fol. 13v)

Embora possa ocorrer em vários contextos quando se trata de dividir enunciados gráficos extensos (cf. exemplo 12), o ponto e vírgula está associado à presença de uma conjunção adversativa e à pausa registada nesse ponto do enunciado, em função do contraste semântico expresso pela conjunção, conforme se observa em (11).

(11) [Boicininga.] Esta cobra se chama de cascauel, he de grande peçonha; porê faz tanto ruido com hũ cascauel ã tem na cauda, ã a poucos toma: ainda que he taõ ligeira ã lhe chamaão a cobra ã voa: seu comprimeto he de doze, e treze palmos. Ay outra chamada Biciningbéba: esta também tem cascauel, mas mais piqueno, he preta, e tem muita peçonha. (fol. 17v.)

(12) [Arara.] Estes papagayos são os ã por outro nome se chamaõ Macaos: he passaro grande, e são raros, e pola fralda do mar não se achaõ. he hũa fermosa em cores. os peitos tem uermelhos como graã; do meo corpo pera o rabo algũs são amarelos, outros uerdes, outros azuis, e de ordinario, cada pena tem tres, quatro cores, e o rabo he muito cõprido. (fol. 18r).

No exemplo (11) nota-se que a locução concessiva é precedida, desta feita, por por dois pontos, o que parece denotar que em tal contexto se requeria uma pontuação mais forte que a vírgula. Já em (12), a existência do ponto e vírgula⁵ decorrerá da extensão do período e da necessidade de separar elementos relativos à mesma sequência descritiva da ave.

3.4. Pontuação forte

A marca de finalização ou de encerramento é, por excelência, o ponto, não obstante poder corresponder, quando em interior de frase, a uma vírgula ou a um ponto vírgula. Além de delimitar a cadeia gráfica, é igualmente sinal de abreviatura, sendo se assinalar que nos manuscritos em apreço, nem sempre é constante e sistemático o seu

uso com tal função, porquanto das inúmeras abreviaturas presentes no texto uma parte significativa não inclui o referido ponto, conforme se observa em *sobreman^{ra}* (fol. 14v), *m^{to}*, *ligr^o*, *instrum^{to}*, *som^{te}*, *mt^{as}* (fol. 15).

Posto isto, no *corpus* cardianiano o ponto acumula várias funções, que vão desde a delimitação dos títulos até ao encerramento sintáctico, passando pela finalização de orações ou frases de maior ou menor complexidade; mas serve ainda de pontuação média quando corresponde a uma unidade de menor extensão e de sentido incompleto.

i. Ponto nos títulos

(13) Dos Casamentos₂ (fol. 1v)

(14) Do clima, & terra do Brasil e de alg^{as}. cousas notaeis que se achão assi na terra cimo no mar₂ (fl. 13r)

ii. Ponto de fechamento sintáctico

(15) [Gatos brauos] Deste ha mujtas castas, hũs pretos, outros brancos assafrado, e são muito gallantes pera qualquer forro, são estes gatos muito terriueis, e ligr^{os} : uiuem de caça e passaros, e tambem acometem a gente, algũs são tamanhos como caẽs₂ (fol. 15v).

iii. Ponto interior sem maiúscula seguinte (valor de pontuação média)

(16) [Coati.] Este animal he pardo, parecese cõ os texugos de Portugal, tem o fucinho m^{to} comprido, e as unhas, trepaõ polas aruores como bugios, naõ lhe escapa cobra nem ouo, nem passaro, nẽ quanto pode apanhar, fazemse domesticos ã casa mas naõ ha quem os sofra tudo comẽ. brincaõ cõ gatinhos, e cachorrinhos, & sam maliciosos, apraziueis, e tem muitas habilidades₂ (fol. 15v).

Em relação ao emprego do ponto como pontuação fraca (i. e vírgula) e pontuação média (i.e. ponto e vírgula) sublinhe-se que tal prática deriva da tradição anterior, na qual o ponto era bastante polivalente.

4. Notas finais

O confronto da pontuação manuscrita do *corpus* cardiniano com a doutrina dos gramáticos quinhentistas pôs de manifesto, por um lado, que em finais de Quinhentos ainda não se generalizara o uso do ponto e vírgula e dos dois pontos com as funções actuais, e, por outro lado, que a pontuação média podia ainda ser assegurada ou pelo ponto interior (não seguido de maiúscula) ou pelos dois pontos. O confronto da teoria com a prática também permitiu concluir que o ponto e vírgula tinha fraca expressão no *corpus* em apreço, sendo baixa a sua frequência mesmo em períodos longos.

Tal como se adiantava a propósito da teoria dos gramáticos quinhentistas, a pontuação média, a finais de Quinhentos, dependia da existência de unidades de sentido mais ou menos extensas, visto que o ponto e vírgula ocorre a par dos dois pontos apenas em frases ou períodos mais longos. Além disso, a pontuação média parece relacionar-se, por sua vez, com o tipo de conectores de orações. As conjunções (e locuções conjuncionais) que mais parecem estar vinculadas à pontuação média são as subordinativas. A vírgula, por separar as partes menores da oração e, por conseguinte,

dos enunciados gráficos, tem uma frequência mais elevada. Pelo contrário, poucas são as ocorrências tanto do ponto e vírgula como dos dois pontos, se bem que este pontema, correspondente à pontuação média preceituada pelos ortógrafos portugueses, é mais frequente do que aquele. Registe-se, por outro lado, que nos impressos da época de Cardim o ponto e vírgula tem baixa frequência, sendo descrito como novidade própria de impressores, os mesmos que acabariam por ser responsáveis pela sua difusão em letra de forma.

Em síntese, do cruzamento da doutrina gramatical com os dados do *corpus* retiram-se algumas conclusões provisórias a respeito da prática pontuacional dos finais do século XVI:

1. O “ponto e vírgula” e os “dois pontos” não se tinham ainda “especializado” nas funções actuais, parecendo depender da estrutura sintáctica e da complexidade do período.
2. A pontuação média já era então um campo dado à variação, sendo certo que estaria associada a uma pausa maior do que a da vírgula.
3. O pontema mais recorrente era a vírgula, devido ao predomínio de estruturas de coordenação e à grande quantidade de enumerações lexicais.
4. O uso de vírgula antes de “que”, prescrito pelos gramáticos do século XVII, não integrava nem a teoria nem o uso pontuacional de finais de Quinhentos.
5. Ao ponto, sinal de fechamento sintáctico e de unidade semântica, cabia ainda um valor de pontuação média, em interior de frase seguido de minúscula, correspondendo então à vírgula ou ao ponto e vírgula.

Embora nesta fase da análise dos *Tratados* de Fernão Cardim não tenha sido possível apresentar o tratamento estatístico de todas as ocorrências dos pontemas, nem esse era, na verdade, o objectivo das reflexões acima, pensa-se ter mostrado que a pontuação, por mais incoerente que possa parecer, ao traduzir aspectos prosódicos da língua num certo período (a entoação e o ritmo, por ex.) e ao articular-se com a própria organização sintáctica dos enunciados gráficos, pondo em relevo as relações lógicas entre os sintagmas e as orações, tem na escrita um papel que, longe de ser despiciendo, é mais significativo quanto maiores forem as divergências entre as práticas e os preceitos da “arte de pontuar”.

Notas

¹ O seu nome está ligado à Brasil por ter escrito a *Historia da Província de Santa Cruz* a que vulgarmente chamamos Brasil (1576). Vide: Gândavo (1984).

² Não vamos deter-nos em pormenor na adequação da pontuação aos géneros textuais, mas é evidente que alguns serão mais favoráveis que outros à representação da oralidade. A propósito da Carta de Pêro Vaz de Caminha, Cortesão (1967: 59-60) sublinhava, por exemplo, que género epistolar favorecia uma aproximação da escrita à língua oral.

³ Na Carta de Pêro Vaz de Caminha, segundo Barreto (1996: 138), não se regista uma única ocorrência da conjunção disjuntiva ou.

⁴ De acordo com Nogueira (1989: 33-34), os dois pontos têm “na essência o mesmo valor do ponto final, considerados foneticamente; considerados semanticamente, eles indicam: a) que a frase que se lhes segue é a justificação daquilo que se enuncia na frase que os precede, e, em certos casos, substitui a conjunção causal «porque». [...] b) que,

em determinada lista de coisas ou de factos, eles (os dois pontos) substituem a expressão «o seguinte». [...] Em geral, empregam-se os dois pontos em seguida às expressões: a saber, o seguinte, tais são, por exemplo, verbi gratia”.

⁵ Actualmente, o ponto e vírgula tem “na essência o mesmo valor da vírgula, apenas com a particularidade de imprimir à frase maior duração na pausa. [...] o ponto e vírgula emprega-se para: a) delimitar grupos conexos de coisas ou de factos constitutivos de sucessões. [...] b) Nas alíneas de um artigo legislativo, por ex. [...]”(Nogueira, 1989: 66).

Referências bibliográficas

ACIOLI, V. L. C. *A escrita no Brasil Colônia. Um guia para leitura de documentos manuscritos*, 2ª ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana, 2003.

BARRETO, J. F. *Ortografia da Língua Portuguesa*. Lisboa: Ioam da Costa, 1671.

BARRETO, T. A. M. & OLINDA, S. R. M. Perseguindo as conjunções. In: R. V. Mattos e Silva (org.). *A Carta de Caminha. Testemunho linguístico de 1500*. Salvador: EDUFBA, 1996. p. 135-148.

BARROS, J. *Grammatica da Língua Portuguesa*. Olyssipone: Lodovicum Rotoriguñ, 1540.

CARDIM, F. *Tratados da Terra e da Gente do Brasil*, introduções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: Editores J. Leite & Cª, 1925.

CARDIM, F. *Tratados da Terra e da Gente do Brasil*, transcrição do texto, introdução e notas por Ana Maria Azevedo. Lisboa: CNCDP, 1997.

CASTILHO, J. F. *Tratado Elementar da Pontuação da Língua Portuguesa* ensinada por meiod e exemplos extrahidos dos melhores classicos [...]. Rio de Janeiro: Editores-Proprietarios Eduardo & Henrique Laemmert, 1870.

CATACH, N. *La ponctuation*. Coll. Que sais-je ? Paris: PUF, 1994.

CORTESÃO, J. *A Carta de Pêro Vaz de Caminha*. Lisboa: Portugália Editora, 1967.

DEFAYS, J.-M., ROSIER, L., TILKIN, F. éds. *À qui appartient la ponctuation ?* Préface de Marc Wilmet. Paris/Bruxelles: Duculot, 1998.

DRILLON, Jacques (1991): *Traité de la ponctuation française*, coll. Tel. Paris: Gallimard.

FERREIRA, J. A. La ponctuation dans la version portugaise du *Fuero Real* d'Alphonse X. *Actes du XVII Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, vol. 9. p. 235-253.

GÂNDAVO, P. M. *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa*, edição fac-similada da de 1574. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981[1ª ed. 1574].

GÂNDAVO, P. M. *História da Província de Santa cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, ed. fac-similada da ed. de 1576. ota prévia de Francisco Leite de Faria. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1984.

GOMES, A. G. *Regras Elementares sobre a Pontuação, segunda parte da Orthographia*. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Constitucional de E. Seignot-Planchet, 1831.

LEITE, C. C. P. (Madre Olívia). Aspectos linguísticos da pontuação. *Revista de Portugal - Língua Portuguesa*. Lisboa, Série A, 24, p. 77-94. 1959.

- LEÃO, D. N. *Orthographia da Lingoa Portuguesa. Obra util & necessaria, assi per bem screuer a lingoa Hespanhol, como a Latina, & quaesquer outras, que da Latina teem origem*. Lisboa: Per Ioão de Barreira Impressor delRei N. S., 1606.
- LOMBARDELLI, Orazio. *L'arte del puntar gli scritti, formata, ed illustrata*. Siena: Apresso Luca Bonetti, 1585.
- OLIVEIRA, F. *Gramática da Linguagem Portuguesa*, Ed. fac-similada de 1536. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1988.
- MACHADO FILHO, A. V. L., *A pontuação em manuscritos medievais portugueses*. Bahia: EDUFBA, 2004.
- MARQUILHAS, R. *A faculdade das letras. Leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.
- MEGALE, H. e TOLEDO NETO, S. de A. *Por minha letra e sinal. Documentos do Ouro do século XVII*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2006.
- MACHADO FILHO, A. V. L. *A pontuação em manuscritos medievais portugueses*. Salvador: EDUFBA.
- MARTINS, A. M.. Aspectos da pontuação num manuscrito medieval português. *Actes du XVII Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, vol. 9, 1986. p. 255-266.
- NOGUEIRA, R. S. *Guia alfabética de pontuação*. 2ª ed. Lisboa: Clássica Editora, 1989.
- PEREIRA, B.. *Regras gerays, breves, & comprehensivas da melhor Ortografia [...]*. Lisboa: Domingos Carneiro, 1666.
- REBELO, Jaime. 1957. *Pontuação e análise sintáctica*. Coimbra.
- ROSA, M. C. *Pontuação e sintaxe em impressos portugueses renascentistas*, 2 vols. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ. (1994):
- VERA, A. F. *Orthographia ou modo para Escrever certo na lingua Portuguesa [...]*. Lisboa: Mathias Rodriguez. 1631.

REGRAS ELEMENTARES

SOBRE

A PONTUAÇÃO,

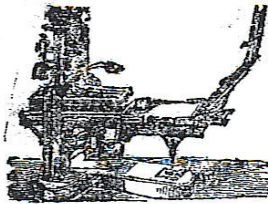
SEGUNDA PARTE

DA ORTHOGRAPHIA,

ESCRITAS

Por Antonio Gil Gomes.

~~~~~  
*Fronte exile negotium,  
Et dignum pueris putes;  
Aggressis labor arduus*  
T. MAURUS.  
~~~~~



RIO DE JANEIRO,

TYPOG. IMPERIAL E CONSTITUCIONAL DE E. SEIGNOT-PLANCHER.
rua d'Ouvidor, n.º 95.

1851.

Anexo 2

